



Partido dos Trabalhadores

DIRETÓRIO NACIONAL

4º ENCONTRO NACIONAL DE
NEGROS E NEGRAS PETISTAS

TEXTO BASE

Elaborado pela Comissão Provisória da

SNCR

TEXTO BASE PARA IV ENCONTRO NACIONAL DE NEGROS E NEGRAS DO PT

INTRODUÇÃO

"300 ANOS DE ZUMBI E PERSPECTIVAS 96"

Trezentos anos após o assassinato de Ganga Zumbi, começa a ocorrer o reconhecimento público da pujança da obra deste guerreiro da dignidade e da liberdade.

Sua existência e sua militância subverteram a idéia construída pela cultura dominante a respeito da boçalidade e indolência dos trabalhadores negros. Longe de aceitarem passivamente a condição de objetos descartáveis do modo escravista de produção, deflagraram a legítima reação dos explorados. Nesse sentido, pensar a escravidão é fazer a leitura da revolta negra ocorrida dentro do sistema econômico, político e jurídico racista.

Faceta da realidade social que o oficialismo busca elidir para evitar reconhecer o componente discriminatório da estratificação social existente na composição social brasileira. Inspirando eufemismos tais como a idéia de "democracia racial", ou como a sistemática substituição do termo "negro" por "moreno" na evocação de uma pessoa negra, demonstrando a rejeição a este tipo racial.

Ironicamente, o maior herói popular brasileiro, que agora passa a ser reconhecido internacionalmente, foi negro, constituindo-se um herói étnico como tantos outros combatentes da liberdade de seus povos.

Sua luta demonstrou objetivamente que não existe uma única forma de organizar a sociedade, defendendo a existência de uma "República de Produtores Livres", alternativa plurirracial denominada Palmares, Estado formado pela união dos explorados da Coroa parasitária.

Nesse sentido, Zumbi revelou-se um revolucionário pragmático, antecipando-se na ação alternativa às grandes revoluções que deram cabo das monarquias absolutistas.

Em pleno século XVII, os negros, índios e brancos marginalizados, construíram, dentro do Estado brasileiro, a sua alternativa social, despida de preconceitos de cor e de raça, uma franca demonstração de que a História não é apenas obra de alguns.

Entretanto, como reação à ousadia palmarina, ocorreu o desmantelamento do Estado plurirracial. Porém, a História não é apenas a crônica dos vencedores, como acreditaram as correntes hegemônicas. A verdade ressurgiu dos escombros do passado e, com ela, questões não resolvidas no resultado do encontro das diversas culturas que formam o povo brasileiro.

O termo genocídio é hoje o que mais fielmente traduz o quadro em que se encontra o povo negro no Brasil e no mundo.

Nos últimos anos, experimentou-se em escala mundial uma brutal concentração de renda e poder. Os recursos materiais das sociedades migraram

dos salários dos trabalhadores para as rendas dos segmentos dirigentes da economia. Cerca de 20% dos habitantes do planeta concentra 80% da riqueza disponível.

No rastro do projeto neoliberal, apesar do discurso de Fernando Henrique Cardoso de governar para a maioria de mulheres e negros, destaca-se o ressurgimento de propostas conservadoras que recolocam o racismo na ordem do dia, quer seja através da rearticulação e do avanço da direita nos países europeus, quer através do desmonte de políticas destinadas a favorecer os segmentos marginalizados.

A eliminação do sistema de proteção, a flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores, a destruição da malha de proteção social e de saúde, a implantação de políticas desreguladoras das economias nacionais dos países periféricos, as privatizações dos segmentos estratégicos e o aumento vertiginoso do desemprego estrutural lançam as populações pobres - maioritariamente negras - na dramática condição de excedente populacional descartável.

Na África, morreram no ano passado cerca de meio milhão de pessoas por doenças pulmonares, excluindo as mortes provocadas pela fome, guerra e epidemias.

No Brasil, é a parcela negra da população a mais duramente atingida pelo desmonte das políticas sociais e de saúde, pelos sistemas de controle populacional, o desemprego crônico, a fome e a violência do latifúndio, do aparato social e dos grupos de extermínio. É negra a maioria de crianças e jovens assassinados nos centros urbanos.

O entusiasmo de amplos setores sociais pelos chamados "estado mínimo", chocasse com as crescentes denúncias de trabalho escravo, ilustrando a infância de uma sociedade vocacionada para as relações senhoriais e a exclusão moral e física de metade de seu povo.

Ao mesmo tempo, destacou-se no Tricentenário de Imortalidade de Zumbi um vigoroso ingresso da temática racial no espaço público brasileiro.

Nunca se discutiu tanto o tema racial. Dia a dia a mídia divulga pesquisas, denúncias, reportagens e eventos, atestando o poder transformador da militância anti-racista, que a despeito do isolamento político a que historicamente foi submetida, se mostrou capaz de forçar o reconhecimento público da raça como elemento diferencial de direitos à cidadania.

Os crescentes pronunciamentos de dirigentes públicos, revelam a reengenharia do "mito da democracia racial": a negação frontal do racismo é paulatinamente substituída por solenes declarações que reconhecem o problema mas não indagam o papel dos indivíduos, das instituições e do estado na sua superação. Temos, ainda, alguns teóricos formulando sobre um chamado "apartheid social", descaracterizando o conteúdo racial desse sistema de opressão. A neutralização das desigualdades raciais é agora substituída pela naturalização do racismo, através de uma lógica esdrúxula que isenta a sociedade de responsabilidade e termina por culpabilizar o próprio negro pelos privilégios raciais, materiais e simbólicos da elite branca e masculina. Tudo se passa como se a

sociedade restasse tão somente conformar-se com as estatísticas e, ao povo negro, resignar-se frente à violência do cotidiano.

Entretanto, na base da sociedade cresce a indignação e as reivindicações da população negra frente às iniquidades raciais, ao mesmo tempo em que se intensificam os esforços de organização e ação política.

Nos últimos anos, a luta anti-racista experimentou um crescimento sem precedente em nossa história, tanto em função do fortalecimento das organizações autônomas, quanto pela multiplicação e interiorização das entidades, ou pelas novas formas de articulação e de expressão da militância nos locais de trabalho, no campo, nos sindicatos, nos movimentos populares, nos partidos políticos, nas universidades, no Parlamento, nas entidades religiosas, nos órgãos governamentais, etc. Há que se ressaltar ainda a emergência do Movimento de Mulheres Negras com fisionomia própria e caráter nacional, visando combater a opressão racial e de gênero.

Nesta perspectiva, a instituição de Zumbi dos Palmares como herói nacional não resulta da preleção dos historiadores ou da boa vontade do Estado, mas da conquista de uma legião de militantes, muitos dos quais anônimos, que soube, com determinação e garra, religar o fio histórico da resistência negra do Brasil.

Por outro lado, o Tricentenário de Zumbi dos Palmares deu ensejo à celebrações e festividades e toda ordem. Discutiu-se fervorosamente a realização de shows, campeonatos esportivos e selos comemorativos, mas, salvo exceções localizadas em espaços de participação constituídos em administrações populares, em geral não se discutiu o papel do Estado na garantia dos direitos fundamentais do cidadão e na promoção da igualdade.

Na verdade, encontra-se em marcha o projeto que tenta congelar o significado da vida e do assassinato de Zumbi dos Palmares ao passado remoto, na tentativa de capitular a indignação do povo negro, esvaziar o debate sobre as desigualdades raciais do presente e debilitar o esforço de organização autônoma da população negra.

Neste contexto, a militância e organizações negras têm diante de si o desafio de viabilizar uma ação conjunta que resgate o sentido e a atualidade da luta de Zumbi dos Palmares, de modo a canalizar a luta, encaminhar bandeiras concretas para o enfrentamento da exclusão e das desigualdades raciais e explorar as possibilidades de unificação progressiva da ação anti-racismo, priorizando os anseios e os interesses maiores do povo negro, através da formação de um amplo arco de forças e alianças capazes de pautar a questão racial na agenda dos problemas nacionais.

O Tricentenário de Zumbi dos Palmares é um imperativo histórico que exige das entidades dos trabalhadores e do movimento negro um exercício coletivo de descobertas de novas formas de relacionamento com o objetivo comum de consolidar a luta anti-racista como elemento estratégico de transformação da sociedade brasileira.

Como expressão imediata da ação conjunta a que nos propomos, convocamos a população negra, os segmentos marginalizados e excluídos, os setores organizados na sociedade, sindicatos, partidos políticos, movimentos

populares, lideranças populares, enfim, todo os verdadeiros democratas estão chamados a fortalecer a organização.

Por estes motivos, a coletividade negra e os movimentos sociais, dentro da programação dedicada ao 20 de novembro, participaram do tricentenário da imortalidade de Zumbi, denunciando o preconceito de cor existente no Brasil com vistas ao repensar das relações étnicas, apontando um novo patamar de convívio social.

RELAÇÃO COM O GOVERNO FHC

O Brasil é apontado hoje por pesquisadores como o país que fora da África, concentrada a maior população negra. É também o país onde os negros permanecem ocupando o mais baixo degrau da pirâmide social.

A cidadania que nós negros aspiramos para o conjunto da sociedade brasileira, tem o objetivo de despertar para a situação de exclusão em que vive a maioria dos brasileiros de raízes africanas, uma realidade que só mudará quando for conhecida em todas as suas nuances. Essa realidade é também antiga. Começou por volta de 1530, época em que Portugal partiu para a colonização do Brasil.

O que constatamos é que o modelo neoliberal não tem diferença do modelo colonial e que nada mudou para o povo brasileiro, e os mais prejudicados são os negros e as mulheres que estão excluídos do mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE dentre os brasileiros que trabalhavam com carteira assinada em 1990, 58% eram brancos, 34% pardos e, apenas, 7% eram negros.

As mulheres que são 37% da força de trabalho, recebem pouco mais da metade do salário dos homens, e as mulheres negras aproximadamente a metade dos rendimentos das mulheres brancas.

O discurso das elites dominantes afirma que o preconceito de cor e a discriminação ocorrem apenas em casos esporádicos. Trata-se da mesma política que procura minimizar na história oficial, nos livros e nos meios de comunicação a verdadeira dimensão da presença e da influência do negro na sociedade e na cultura brasileira. No questionário do Censo o item cor foi abolido durante o regime militar, que promoveu um processo de embranquecimento da população nos dados estatísticos governamentais: enquanto no Censo de 1940, 14,6% da população do país se declarava negra, em 1990 somente 5% dos brasileiros se reconheciam como negros.

A lógica política desse Governo, está voltada para o passado colonial. Assim sendo, avolumam-se as dívidas monetárias e as sociais que são colocadas sempre à margem da história política, onde jamais foram contabilizadas nas negociações internacionais as questões sociais, mas os governos brasileiros sempre consideram os contratos bancários com a primazia na definição nacional.

Está nítido que a experiência de importação da política de laboratório do FMI é um caminho a não ser o seguido pelo Brasil. Já que nem os países ricos a seguem, essa é a principal lição para nós. O nosso caminho deve ser construído aqui dentro, sem devaneios neoliberais importados. O nosso compromisso deve ser com os negros, as mulheres, e, com a distribuição de renda, e, o futuro de

nossas crianças e adolescentes. O nosso compromisso não deve e não pode ser maximização do lucro do capital internacional.

A lógica desse capital é sugar o máximo, e depois cair fora.

Não existe nenhum compromisso com qualquer política interna dos países onde eles apontam. Aliás, essa foi a lógica perversa implantada pelo modelo neoliberal do PSDB e PFL, que dá total liberdade ao capital internacional.

O Congresso Nacional é co-autor do quadro de imobilismo social, existente no país. O assunto é abordado, mas jamais se transformou em elemento central dos debates do Congresso. Poderá até algum parlamentar responder que a ação de desenvolvimento de políticas públicas cabe ao Executivo, e não ao Legislativo que tem poucos poderes para movimentar a máquina pública e definir estratégias. O Congresso Nacional, apesar do esforço da nossa bancada e de parlamentares aliados, está comprometido com a construção do projeto desse Governo.

No orçamento, ainda simplesmente autorizativo, diga-se de passagem, continua sendo aprovado a primazia para a rolagem de dívidas a custos elevados. Quando se aprova a peça orçamentaria, com expectativas de altos juros, se está aprovando a política do FMI e do BIRD, que penaliza os pequenos agricultores e os sem-terra.

A fragilidade da economia brasileira não está em um outro ponto que se possa reformar na Constituição. Ela é fruto de um desenvolvimento desigual e combinado, que produziu um país com economia sofisticada, mercado cobiçado pelas grandes empresas, mas também, uma economia com mais de 30 milhões de miseráveis e outros tantos na franja da miserabilidade.

A responsabilidade social do Congresso Nacional está em ter coragem de descobrir junto as entidades negras, movimento de mulheres, populares e sindical, uma estratégia nova, mesmo que marchando aparentemente contra a maré daquilo que o neoliberalismo chama de tendência da história.

O programa democrático e popular do PT, foi elaborado nas bases das dificuldades que passa o povo brasileiro, e tem no seu bojo os principais eixos como: educação, habitação, saúde, saneamento básico, serviços urbanos, previdência social, acesso a terra, melhor qualidade de vida, e uma melhor distribuição de renda. O PT propõe empreender as transformações sociais necessárias para responder as aspirações populares do ponto de vista dos trabalhadores da cidade, do campo e de um modo geral do conjunto dos excluídos pelo capitalismo brasileiro.

Temos que enfrentar o senso comum construído pelo discurso dominante de defesa incondicional do mercado e da empresa privada capitalista, que desqualifica todas as alternativas de organização econômica, desconsiderando toda organização informal do trabalho.

O mercado é um mecanismo de alocação de recursos intrinsecamente concentrado de riqueza, nele os ricos sempre ganham e os pobres sempre perdem.

É a partir dessas questões que o programa da SNCR deve ser definido, para que possamos combater a principal contradição do programa neoliberal que tem a incapacidade de gerar novas propostas de trabalho. Nas condições da terceira revolução industrial e comercial crescente, produz uma multidão cada vez maior

de excluídos e marginalizados, onde a maior parcela deste contingente é a do povo negro.

A RELAÇÃO ENTRE SNCRE AS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS

Os negros constituem a maioria dos pobres e miseráveis da cidade e do campo. Essa maioria silenciosa sobrevive em áreas de máxima opressão onde combinam-se o círculo perverso das condições subumanas de vida com as situações gravíssimas de degeneração social e comportamental.

Vítimas históricas do processo colonial escravista, hoje sobre a selvajaria do capitalismo, sobrevivem do subemprego, em atividades de baixa remuneração, morando nas encostas, vilas e favelas, sem equipamentos sociais urbanos, no analfabetismo, sem educação de boa qualidade, empurrados à prostituição e ao crime, morrendo aos milhares nos primeiros anos de vida.

Essa situação revelada pelos altos índices de violência, mortalidade infantil, gravidez precoce, abortos em condições precárias, esterilização em massa de mulheres, AIDS, alcoolismo, drogas; produz a vitimização mais profunda no seu elo mais frágil, ou seja, nas crianças.

O cenário é desolador. Estamos diante de uma cultura do sofrimento que na prática, é um genocídio cotidiano, sutil e perverso, configurando as estratégias de exclusão das maiorias dos bens sociais e culturais, da riqueza coletivamente produzida por todos e do desenvolvimento material e espiritual.

O que fazer?

A Ação da Cidadania Contra Miséria e Pela Vida, constatou o óbvio: a absoluta impossibilidade de transformações estruturais da sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial. Os dados estatísticos produzidos por um conjunto de instituições, atestam que a sociedade brasileira trata de forma desigual brancos e negros, em detrimento das trabalhadoras negras e trabalhadores negros, deixando patente a violência racial que quotidianamente atinge a população negra. A violência racial atenta contra os direitos fundamentais do povo negro, submetendo-o à condição de sub-cidadão. Excluindo-o dos centros de decisão e reservando para ele as piores mazelas sociais, a violência expõe-se como instrumento de dominação e de controle social.

Esta é uma das raízes principais que caracterizam a especificidade política do negro numa sociedade plurirracial. Pensar, então, numa atuação coerente dos movimentos sociais organizados e do Partido dos Trabalhadores, significa pensar, sobretudo, programas e projetos setoriais ou específicos que reduzam o minimizem o secular abismo existente entre homens e mulheres negros e o conjunto da população de outras origens étnicas. É nesse contexto que o PT e os movimentos sociais devem fazer uma leitura da realidade do ponto de vista do povo negro, secularmente perseguido e submetido a uma lógica que não é a sua, perguntando-se a si mesmo: Qual é o lugar reservado ao povo negro e sua cultura na cidade e no campo, na compreensão da realidade e na formulação das políticas públicas, na organização e representação política da sociedade?

A maneira diferente e inovadora como foi criada a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT, nos trouxe muita satisfação, porém veio acompanhada de muita responsabilidade e necessidade de fôlego para a caminhada que apenas começou.

Não podemos permitir que a SNCR possa vir a cometer os mesmos equívocos que percebemos nas relações internas do PT. A unidade de ação deve ponderar sobre as divergências de encaminhamentos, sejam elas dentro da Secretaria ou nas relações com as instâncias do partido.

Antes de entrarmos no assunto a que este texto se presta, salientamos que precisamos conceber como instâncias algo mais abrangente do que está contido no "Projeto de novo Estatuto do PT" e incluir, pelo menos internamente, as Secretarias e mesmo os núcleos em nossa proposta de relacionamento.

Percebemos através dos anos, que as instâncias do partido, em muitas vezes, cumprem mais o papel de espaço de disputa interna do que uma estrutura funcional que tem ações e objetivos específicos a serem cumpridos, para que a máquina partidária possa funcionar como um organismo sadio.

Para que não cometa o mesmo erro que assinalamos acima, a SNCR deve criar mecanismo que venham a inibir este tipo de comportamento vindo a se tornar referência de uma nova forma de inserção na estrutura interna.

Ao ser aprovada a criação da SNCR no 10º Encontro Nacional ficou estabelecido que esta Secretaria teria todo o apoio das instâncias do partido para seu funcionamento e o desenvolvimento de seu trabalho. Isto se aplica ao desmembramento desta Secretaria (Estaduais e Municipais).

Desta forma deveremos desenvolver ações no sentido de implantar as SNCR's em todos os Diretórios, definindo uma linha de atuação que possa ser unificada, guardando evidentemente, as especificidades de cada região deste país continente. Uma vez criada as Secretarias em cada instância, um projeto de atuação política deve ser encaminhada para o respectivo diretório no sentido de garantir a agilidade das propostas nele contidas.

Os núcleos de base constituem a pedra fundamental do PT, que nos últimos tempos vem sofrendo fortes abalos justamente por ter abandonado sua política de investimento prioritário nesta instância.

Assim, e conhecendo a necessidade de dar total incentivo a esta forma de organização interna, a SNCR deverá PRIORIZAR sua ação no sentido de construir núcleos nos sindicatos, nas escolas, nos bairros e em todos os setores da sociedade onde for possível reunir um número mínimo de pessoas que tenham interesse em discutir a questão racial no Brasil.

A partir deste investimento maciço nos núcleos, e levando sempre em consideração a necessidade de participação em todas as instâncias, em pouco tempo conseguiremos reverter o quadro antagônico hoje existente dentro do PT, onde boa parte dos militantes (senão a maioria) não se vê representada nos cargos de direção.

A ocupação dos cargos de direção, não pode ser uma política isolada, ela deve vir acompanhada de uma discussão ampla, onde os companheiros e companheiras que vierem ocupá-las tenham o compromisso de levar consigo a

defesa intransigente das relações raciais, não se dentro do PT, mas também em toda a sociedade brasileira.

Nossa conduta interna merece ter um enfoque diferenciado, para isso torna-se necessário criarmos um espaço de intercâmbio constante com as demais secretarias, sejam elas estatutárias ou setoriais, no sentido de promovermos uma interação nas discussões e nos encaminhamentos a serem tomados pelo conjunto.

A questão racial ultrapassa e permeia todos os setores sociais políticos e econômicos, portanto, nossa intervenção deve estar presente em todas as instâncias que possuam estas características.

O surgimento da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo não indica que o PT tenha deixado de conter seu viés racista e preconceituoso, antes disso, é o reconhecimento que o mesmo possui estas características. Cabe, então, a todos os militantes que estão ou estarão ligados a luta desta Secretaria, se empenhar ao máximo para que o reconhecimento do racismo e do preconceito seja eliminado e não para reafirmá-lo como acontece em alguns setores da nossa sociedade.

Sendo assim, cabem os seguintes encaminhamentos:

- 1- Cabe a SNCR garantir que a questão racial esteja contemplada em todas as instâncias Político-Partidárias, com a participação efetiva do Secretário e/ou representantes da Secretaria nas reuniões das Executivas e dos Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional. Cabe ainda garantir que a questão racial, esteja presente em todos os momentos do PT.
- 2- Junto ao Parlamentares petistas (Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores) cabe: fazer a discussão sobre a questão racial no Brasil, propor e encaminhar projetos que atendam as especificidades do povo negro.
- 3- Junto as Prefeituras petistas cabe: estar aberta receber as demandas da população negra e executar políticas públicas que a atenda.
- 3- Junto à Secretaria de Formação Política: elaborar conjuntamente com esta secretaria cursos de formação política, Seminários, debates, conferências, visando a qualificação da intervenção política da militância negra.
- 5- Junto à Secretaria Agrária: apoiar a luta dos remanescentes de quilombos.
- 6- Junto à Secretaria de Assuntos Institucionais: cobrar e propor aos parlamentares petistas o encaminhamento dos projetos que atendam as especificidades do povo negro.
- 7- Junto à Secretaria de Movimentos Populares: deve manter na pauta do dia toda a discussão racial e de gênero.
- 8- Junto à Secretaria de Imprensa: todas as publicações, jornais, revistas, boletins e programas nacional e estaduais, de rádio e televisão, devem pautar a questão racial e o combate ao racismo.